

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 193/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 012/2026**PARA APRESENTAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA**

O Município de Cansanção, Bahia, convoca os interessados, com base na Lei nº 14.133/2021, a apresentação de Propostas de Preços no prazo de **3 (três) dias úteis**, com vistas à Contratação de empresa para fornecimento de bandeirolas e fitilhos destinados à decoração junina de espaços públicos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura e Esporte de Cansanção - Bahia.

As propostas deverão ser enviadas através do e-mail: cotacoespmc@gmail.com, ou entregue de forma presencial no Setor de Compras do Município, situada na Avenida Tancredo Neves, 636 – Centro, Cansanção – BA, respeitando o envio até o dia 18 de maio de 2026, às 17hs00, conforme publicação PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas.

Item	Especificação	Und	Qtd	Valor Unit	Valor Total
1	BANDEIROLAS JUNINAS CONFECCIONADAS EM PLÁSTICO RESISTENTE – Medindo aproximadamente 18c cm x 30 cm cada. Cores variadas.	KG	1200	R\$ 30,92	R\$ 37.104,00
2	CORDA TIPO FITILHO - Modelo F10 Cor: Verde musgo. Composição: 100% plástico. Comprimento do fio: 350 metros. Espessura do fio: 2,0 mm. Peso aproximado: 1,0 kg.	UND	200	R\$ 23,34	R\$ 4.668,00
Valor Total					R\$ 41.772,00

Valor estimado da contratação: R\$ 41.772,00 (Quarenta e um mil setecentos e setenta e dois reais).

DO REGIME DE EXECUÇÃO, LOCAL E DA FORMA DA PRESTAÇÃO:

O fornecimento dos itens será de forma integral, com prazo de entrega não superior a 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da ordem de solicitação expedido pelo setor responsável.

Os materiais deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Cultura (Rua Juvêncio Jose da Silva, 92, Centro, Cansanção – Bahia) no horário das 8:00 horas às 14:00 horas.

Caso não seja possível a entrega no prazo estipulado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 48h de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

A CONTRATADA deverá executar o fornecimento utilizando-se dos materiais e equipamentos necessários à perfeita execução, conforme ordem de solicitação emitida pela Unidade Solicitante.

PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O prazo de execução será de até 60 (sessenta) dias e o prazo de vigência até 90 (noventa) dias, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133/2021.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

Efetuar a entrega das bandeiras e fitilhos em perfeitas condições de uso, qualidade e acabamento, observando rigorosamente o prazo, local e demais condições estabelecidas pela Administração, em conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta apresentada;

Fornecer bandeiras e fitilhos novos, sem uso anterior, em perfeito estado de conservação, livres de defeitos como rasgos, falhas de fabricação, descoloração ou quaisquer outras imperfeições que comprometam sua utilização;

Garantir que as bandeiras atendam às dimensões e resistência, bem como que o fitilho possua as especificações técnicas exigidas quanto ao comprimento, espessura e resistência;

Responsabilizar-se pelos vícios e defeitos dos produtos fornecidos, assegurando sua conformidade com as especificações técnicas estabelecidas;

Substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer item que apresente defeito ou esteja em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;

Atender prontamente às solicitações da Administração relacionadas à execução do objeto, durante toda a vigência contratual;

Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer o prazo de entrega, devidamente justificada;

Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante autorização expressa da Administração;

Arcar com todas as despesas decorrentes da execução contratual, incluindo tributos, encargos, fretes, transporte, seguros e quaisquer outros custos necessários ao fornecimento dos materiais;

Cumprir a legislação aplicável, especialmente no que se refere às normas trabalhistas, ambientais e de segurança.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:

Definir e informar previamente à Contratada o local, data e horário para entrega das bandeiras e fitilhos;

Receber provisoriamente os materiais fornecidos, procedendo à conferência quanto às especificações técnicas e quantitativas estabelecidas;

Realizar o recebimento definitivo após a verificação da conformidade dos produtos com as exigências deste Termo de Referência;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidor ou comissão designada, garantindo o cumprimento das obrigações pactuadas;

Comunicar formalmente à Contratada eventuais irregularidades ou desconformidades identificadas nos materiais entregues, para fins de correção ou substituição;

Efetuar o pagamento à Contratada conforme as condições estabelecidas, após o atesto do recebimento definitivo dos materiais;

A Administração não se responsabiliza por obrigações assumidas pela Contratada com terceiros, nem por danos causados a terceiros em decorrência da execução do contrato, sendo tais responsabilidades exclusivamente da Contratada.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para que o objeto da contratação seja efetivado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características do objeto, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo

contratado, minimamente os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei nº 14.133/2021.

Sendo assim, os documentos exigidos serão:

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- f) No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.
- g) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do interessado, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do credenciado;

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou está executando, de maneira satisfatória e a contento, prestações da natureza e vulto similares com o objeto da presente contratação;
- b) Os atestados poderão ser diligenciados de acordo com o art. 64 da Lei nº 14.133/21.

DISPOSIÇÕES GERAIS

O Município de Cansanção - Bahia reserva-se no direito de impugnar a prestação de serviços, se estes não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 057 de 03 de Dezembro de 2025.

Fica eleito o foro da Comarca de Cansanção - Bahia como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

Cansanção – Bahia 13 de maio de 2026.

Luana de Jesus da Silva
Dep. De Compras